



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 3ª (TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 4ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 22 (*vinete e dois*) dias do mês de julho do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 3ª (*terceira*) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros(as) IVETE MAURÍCIO DE LIMA, MICHEL ANDRÉ BEZERRA LIMA GRADVOHL, DALCÍLIA BRUNO SOARES, FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE, FRANCILEITE CAVALCANTE FURTADO REMÍGIO e FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCÃO. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. RAFAEL LESSA COSTA BARBOZA. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/3581/2017 – Auto de Infração: 1/201706318. Recorrente: COMERCIAL IGUATUENSE DE AUTOS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: Conselheira DALCÍLIA BRUNO SOARES. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e declarar a **nulidade do feito fiscal**, acatando a preliminar suscitada pela Conselheira Relatora, tendo em vista que ficou evidenciado o prejuízo à defesa da parte, pela ausência, no processo, de elementos constitutivos do Relatório Totalizador, tais como relatórios de entradas e saídas. Em seu voto, a Relatora destacou que *“a falta de identificação de notas fiscais impossibilitou verificar se houve a inclusão no Totalizador dos quantitativos de produtos descritos em notas destinadas e não escrituradas na EFD, citadas no Auto de Infração nº 2017.06326, pertencente a mesma ação fiscal.”* Decisão em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. O Procurador do Estado, também se manifestou em sessão, contrário a declaração de nulidade do auto de infração, por não vislumbrar cerceamento do direito de defesa. **Processo de Recurso nº 1/4176/2017 – Auto de Infração: 1/201709006. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: COMÉRCIO DE CEREAIS LUMOPE ME. Relatora: Conselheira FRANCILEITE CAVALCANTE FURTADO REMÍGIO. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de

Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, para deliberar sobre as seguintes questões: **1. Quanto a preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de que o Mandado de Ação Fiscal não é instrumento legítimo para iniciar a fiscalização, pois não tem arrimo na Lei 12.670/96 nem no Decreto nº 24.569/97** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que o Mandado de Ação fiscal foi instituído por Instrução Normativa, é ato destinado à administração tributária em matéria de fiscalização, podendo, sem risco de ilegalidade, ser instituído por legislação tributária, em seu amplo sentido, na forma do art. 96 do CTN e, considerando, ainda, que o Mandado de Ação Fiscal está previsto no art. 820 do Decreto nº 24.569/97 e art. 88, inciso I, da Lei nº 12.670/96. **2. Com relação a preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de que houve extrapolação do prazo estabelecido para realização da fiscalização pela Instrução Normativa 06/2005** – Afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que a ação fiscal foi realizada dentro do prazo previsto pelo art. 5º, da Instrução Normativa 49/2011. **3. No mérito**, também por unanimidade de votos, a 4ª Câmara de Julgamento resolve dar provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão absolutória exarada em 1ª Instância, e julgar **parcialmente procedente** a acusação fiscal, aplicando a penalidade prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pela representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/5950/2017 – Auto de Infração: 1/201717264. Recorrente: COSTA & VASCONCELOS MERCADINHOS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro MICHEL ANDRÉ BEZERRA LIMA GRADVOHL. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário, e por voto de desempate do Presidente, dar-lhe provimento, para modificar a decisão parcialmente condenatória exarada em 1ª Instância, e, acatando a preliminar suscitada pela Conselheira Ivete Maurício de Lima, declarar a **nulidade** do feito fiscal, por cerceamento do direito de defesa do contribuinte, em razão da falta de clareza e precisão no relato do auto de infração, ante a divergência entre o relato padrão e o que foi acrescentado pelo agente fiscal, culminando na imputação de duas infrações. Decisão nos termos do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque, que ficou designado para lavrar a Resolução e em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado, que também se manifestou contrário a nulidade declarada, por não vislumbrar falta de clareza no relato do auto de infração. Vencidos os Conselheiros Michel André Bezerra Lima Gradvohl, relator originário, Dalcília Bruno Soares e Francileite Cavalcante Furtado Remígio. O Conselheiro Michel André Bezerra Lima Gradvohl foi contrário a nulidade por entender que o contribuinte não teve dúvidas das infrações que lhe foram imputadas, se defendendo de ambas condutas denunciadas no auto de infração. Em voto de desempate, o Presidente da Câmara, Dr. José Augusto Teixeira, ressaltou em seu voto que o documento Informações Complementares ao Auto de Infração diverge do relato do auto, deixando dúvidas quanto à infração denunciada e causando prejuízo à defesa da parte. **Processo de Recurso nº 1/1680/2017 – Auto de Infração: 1/201627998. Recorrente: SAMPAIO E LOPES LTDA ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCAO. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar nos seguintes termos: **1. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por violação aos princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade e demais princípios constitucionais** – Afastada por unanimidade de votos, considerando que o agente do Fisco tem sua atividade limitada por lei em decorrência do Princípio da Legalidade, não podendo ser argüida a desproporcionalidade da multa imposta, uma vez que foi aplicada a penalidade legalmente prevista. **2. Com relação a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Afastada, por unanimidade de votos, por tratar-se de matéria constitucional, sendo o

presente órgão incompetente para sua análise, nos termos do art. 48 da Lei nº 15.614/2014, ressalvadas as hipóteses ali previstas. **3. No mérito**, por unanimidade de votos, a 4ª Câmara de Julgamento resolve dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **parcialmente procedente** a acusação fiscal, nos termos do voto do Conselheiro Relator, assim especificado: 1. Não acatamento do pedido da parte para reenquadramento da penalidade no art. 126, parágrafo único da Lei nº 12.670/96, tendo em vista que os documentos fiscais não estavam regularmente escriturados antes do início da ação fiscal; 2. Reenquadramento da penalidade aplicada para a prevista no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, conforme manifestação oral, em sessão, do representante da Procuradoria Geral do Estado, nos termos de precedentes desta Câmara, notadamente a Resolução nº 209/2019. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 23 de julho do corrente ano, às 13h30min. (*treze horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira  
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza  
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA